

PROGRAMA DE
**TRANSIÇÃO
ENERGÉTICA**



**Geopolítica da energia
no mundo pós-Covid**

**RELATÓRIO DE EVENTO
08 de abril de 2021**

A geopolítica mundial, tradicionalmente vinculada ao acesso às reservas de óleo e gás, estará mais centrada na liderança da Transição Energética*

Geopolítica da energia no mundo pós-Covid 08/abr/2021

Devido ao impacto da Covid-19, em 2020, houve redução da participação dos combustíveis fósseis na matriz energética mundial.

Entretanto, embora 2/3 dos países estejam oficialmente comprometidos com a Transição Energética (TE), é preciso tomar medidas e realizar investimentos para sua efetivação.

Essas medidas são inevitáveis não apenas por questões ambientais, mas também geopolíticas.

A descarbonização já é um elemento da diplomacia. Fluxos financeiros e de investimentos são crescentemente influenciados pelo comprometimento das nações com a TE.

Tradicionalmente, as disputas geopolíticas estão associadas às reservas de óleo e gás. No entanto, essa disputa migrará para a liderança na transição energética.

Em particular, a influência geopolítica estará associada à capacidade dos países de garantir sua segurança energética e ao domínio das tecnologias e das matérias primas essenciais para a TE.

Os Estados Unidos, como potência atual, e a China, como potência emergente, são os atores principais.

A China já define a TE como uma questão de segurança nacional, tem acesso a matérias primas essenciais e liderança nas tecnologias e nos investimentos para a transição.

Os Estados Unidos, sob a administração Biden, apontam a necessidade de garantir o acesso à cadeia de suprimentos da TE.

Os EUA devem também adotar medidas para reconquistar a credibilidade nesse terreno, após as ações erráticas da administração Trump. Neste

sentido, a rivalidade entre China e EUA deve ser reforçada pela disputa da liderança global na TE.

Para o Brasil, essa configuração traz enormes oportunidades. **A inserção internacional do país será cada vez mais condicionada pela forma com que trata a Transição.**

Nesse sentido, deve-se destacar que o Brasil tem uma posição diferenciada. É o melhor “ponto de partida”, visto que cerca de 49% da matriz energética brasileira já é suprida por fontes renováveis.

O país ainda dispõe de enorme potencial de crescimento das energias renováveis, em especial as energias eólica e solar, além dos biocombustíveis.

Por outro lado, o país precisa tomar medidas específicas para o seu perfil particular de emissões, que é predominantemente proveniente do desmatamento e do agronegócio. Assim, o grande desafio do país é adotar políticas que consigam tirar proveito do seu perfil energético, permitindo criar oportunidades para alavancar o crescimento econômico.

Como disse Clarissa Lins, “no Brasil, o setor energético e extrativo têm a oportunidade de andar de mãos dadas, lutando pelo crescimento do mercado voluntário de carbono e pelo financiamento da preservação das florestas e, ao mesmo tempo, do desenvolvimento de todos nossos recursos energéticos.”

“Se eu fosse um diplomata brasileiro - acrescenta Carlos Pascual - eu veria os mercados voluntários de carbono como uma das maiores oportunidades para o país. Não há país melhor posicionado para receber os recursos desse mercado que o Brasil. E isso é um fato”, conclui.

**Este relatório reflete a opinião dos debatedores do evento e não necessariamente a visão das instituições que participam do Programa de Transição Energética.*